

**O testemunho da dor:
ditadura e exílio em *Rabo de foguete*, de Ferreira Gullar**

*Testimony of pain:
dictatorship and exile in *Rabo de foguete* by Ferreira Gullar*

Cristiane Navarrete TOLOMEI¹
José FERREIRA JUNIOR²
Márcia Manir Miguel FEITOSA³
Silvana Maria Pantoja dos SANTOS⁴

Resumo

Este artigo analisa a relação entre ditadura e exílio em *Rabo de foguete*, de Ferreira Gullar, a partir do relato testemunhal do narrador-protagonista. A produção é considerada seu livro de memórias sobre o período em que esteve exilado, entre 1971 e 1977. Para o desenvolvimento da argumentação, adota-se os pensamentos de Sarlo (2007), Said (2003) e Seligmann-Silva (2003; 2009). A narrativa, marcada pelo contexto do regime militar, apresenta marcas de resistência que interferem no processo de construção discursiva do narrador que ganha mobilidade e se altera mediante as situações impostas pela repressão. O contexto histórico em que a obra está imersa se revela fundamental para se compreender os impactos sociais sobre as vítimas da ditadura e seus familiares. Dessa forma, destaca-se a importância da narrativa testemunhal com vistas à compreensão da intrincada relação entre ditadura e exílio, por meio das marcas de violência e de resistência impostas ao narrador.

Palavras-chave: *Rabo de foguete*. Ferreira Gullar. Testemunho. Ditadura. Exílio.

Abstract

This article analyzes the intimate relationship between dictatorship and exile in the autobiographical work *Rabo de Foguete* by Ferreira Gullar. Published in 1998 and considered as his book of memories from his exile period between 1971 and 1977. To develop the argumentation the thoughts Sarlo (2007), Said (2003) and Seligmann-Silva (2003; 2009) will be relevant to weave these bonds. The narrative, marked by the

¹ Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: cntolomei@yahoo.com.br

² Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: jferr@uol.com.br

³ Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marciamanir@hotmail.com

⁴ Doutora em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Programam de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).
E-mail: silvanapantoja3@gmail.com

military regime context, presents marks of resistance, which interfere with the discursive construction process of the narrator, who gains mobility and alters himself upon the situations imposed by repression. Indeed, the historical context in which the work is immersed reveals to be fundamental to comprehend the social impacts on the dictatorship's victims and their families. Therefore, we highlight the importance of the witnessing narrative towards understanding the intricate relationship between dictatorship and exile through the marks of violence and resistance imposed to the narrator.

Keywords: Rabo de foguete. Ferreira Gullar. Testimony. Dictatorship. Exile.

Introdução

A repressão imposta pela ditadura na América Latina no século XX deixou marcas que se insinuam em ranhuras inscritas em obras literárias tanto de escritores que viveram diretamente a experiência, como daqueles que se propuseram a investigar e dar o seu testemunho de forma indireta. No meio artístico-cultural, a censura impedia a livre manifestação de ideias; no plano individual, atingiu não somente artista com declarado engajamento social e político, mas também compositores cujo apelo popular era chamar atenção para mudanças comportamentais.

No Brasil, momentos antes da ditadura militar e/ou durante o regime, a perseguição política obrigava pessoas a rumarem para o exílio, evitando prisões, torturas e mortes; entretanto, sabemos que muitas nem ao menos conseguiram a condição de exiladas para fugirem das ações escusas de um governo ditatorial. Em *Um mundo coberto de jovens* (2016), organizado por Benjamin Abdala Júnior, há 17 relatos de professores, artistas e jornalistas, que contam as experiências de resistência contra a ditadura militar, ainda quando eram jovens ou se sentiam jovens e acreditavam numa utopia libertária.

Estávamos motivados pelo princípio da juventude, uma vontade de mudar o mundo. A ambiência, solidificada pelas inclinações de solidariedade, embora diversa e às vezes polêmica, confluía para essa vontade de mudar. Convergiam solidariamente forças contra a ditadura, identificada com o autoritarismo conservador e elitista, e ainda voltada à recolonização de nossos hábitos, da vida econômica, social e cultural (ABDALA JR., 2016, p. 25).

Nos textos/testemunhos e ensaios do livro é possível a imersão na atmosfera daquele momento histórico obscuro do país, mesmo com as narrativas sendo escritas

mais de três décadas depois das experiências ocorridas naquela ocasião pelos sujeitos narradores-testemunhais.

Com esse mesmo propósito, o autor Ferreira Gullar (1930-2016) escreveu a obra autobiográfica *Rabo de foguete*, em 1998, relatando, depois de duas décadas, as esperanças joviais de uma retomada democrática e os sofrimentos com as perseguições e exílios. Para isso, desenvolveu um texto memorialístico, narrado por um sujeito testemunhal, o qual põe a lume os momentos opressivos do regime. Por triste coincidência, Gullar faleceu no ano de publicação do livro *Um mundo coberto de jovens*, mas bem antes dessa reunião de testemunhos importantes, ele já havia denunciado a violência da ditadura, propiciando ao leitor a atmosfera das ditaduras no Brasil e no exterior.

A obra de Gullar se enquadra no gênero autobiográfico, que, segundo Leonor Arfuh (2010), pauta-se no caráter evanescente da vida, cujas nuances expõem elementos que se confundem com a história de quem narra. No entanto, mesmo diante dos eventuais operadores de identificação com a vida do autor, a narrativa não traduz total referencialidade. Os fatos, ao serem registrados, passam pelas impressões de um *eu* exterior aos acontecimentos. Isso corrobora para situar o discurso entre o real e o ficcional, tornando frágeis tais limites, de modo a polemizar o efeito de naturalização autor/narrador. Assim, ao longo deste trabalho, adotaremos o termo “narrador” em vez de “autor”, por entender que a voz autoral não se confunde com a do *eu* que se enuncia na tessitura textual.

O título *Rabo de foguete* sugere um diálogo com a música “O bêbado e a equilibrista”, composta em 1979 por João Bosco e Aldir Blanc, considerada o “hino da anistia” para a crítica musical (FALCÃO, 2016), a qual, na voz de Elis Regina, faz uma referência aos que partiram e à dor das famílias dos exilados: “Com tanta gente que partiu/Num rabo de foguete/ Chora/A nossa pátria mãe gentil/Choram Marias e Clarices/No solo do Brasil”. Assim, a produção gullariana mantém uma relação dialógica com os versos da música, já que ambas tratam da angústia do exílio para quem vai e para quem fica.

Segundo depoimento de Gullar nas primeiras linhas da obra, na década de 1970 ele não se sentia confortável para falar de um assunto que ainda o incomodava, estando a ferida do trauma ainda latente e, somente em 1998, por insistência da amiga Cláudia Ahimsa, decidiu dar o seu testemunho com a publicação de *Rabo de foguete*. No texto

inicial da obra, justifica: “Como o tempo aliviara os traumas e anulara as outrora inconvenientes implicações políticas da narrativa, pude hoje, [...] contar o que vivi” (GULLAR, 2010, p. 5). Tanto as narrativas das décadas de 70 e 80 quanto as posteriores, circunscritas pelo contexto da ditadura, dão sentido à experiência e carregam testemunhos como forma de reconstrução do passado histórico, a partir das condições sociais vividas pelos que se pronunciavam.

Pelo exposto, este trabalho propõe analisar a relação entre ditadura e exílio em *Rabo de foguete* com base no relato testemunhal do narrador-protagonista. A narrativa é composta por uma sucessão de acontecimentos, contados pelo narrador autodiegético, que imprime sua voz oscilante entre o plano real e ficcional. Por meio de procedimentos discursivos, o narrador põe em evidência o seu testemunho de perseguido político levado a um exílio forçado, primeiro na Rússia, depois no Chile, no Peru e, por fim, na Argentina. Em vista disso, a obra é significativa para se pensar um momento histórico a partir de um sujeito que reconstitui o passado por meio das suas impressões e dos impactos do vivido.

Ferreira Gullar é um dos grandes nomes da literatura brasileira, com vasta produção literária que reúne poesia, contos, crônicas, peças teatrais, ensaios e textos críticos. Diferente das demais produções do autor, as abordagens da obra *Rabo de foguete* implicam a revisitação do passado mediante relatos, cujos fatos são reelaborados por um *eu* distante no tempo e no espaço, um *eu* que passa a ser analisado a seguir.

O engajamento literário de Ferreira Gullar: do projeto de ditadura à resistência

A datar de 1964, a intelectualidade brasileira consolidou-se como a figura de oposição às expectativas do grupo social e político hegemônico durante a ditadura militar, algumas vezes mais radical, outras vezes mais moderada. Nas palavras de Marcos Napolitano (2014, p. 205), “é inegável [...] que boa parte dos intelectuais brasileiros fez crítica à ditadura, frequentemente se apoiando em valores e tradições de esquerda”. Nesse sentido, a chamada “intelectualidade esquerdista” definia as abordagens oposicionistas ao regime militar de acordo com dissemelhantes correntes e posições políticas.

A resistência à implantação do projeto da ditadura ocorreu em várias frentes do setor cultural com o objetivo de denunciar o golpe ao povo brasileiro, tornando-se canais de oposição frente à violência e perseguição do regime militar. Sobre isso, segundo Nelson Werneck Sodré (1965, p. 247), “[...] os intelectuais portaram-se muito bem: os que tinham uma coluna tomaram posição contra os atentados à cultura; a maioria, porém, não tinha onde escrever, a maioria estava foragida, presa, exilada”.

A censura atuava diretamente nos jornais, TV, teatro e cinemas, passando a ser proibida a livre organização política. Segundo Bezerra Filho e Santos (2014), paradoxalmente, o regime se utilizava dos veículos de comunicação de massa, sobretudo a televisão, para divulgar seus projetos, bem como veicular a imagem de um governo sério e competente e de um país próspero e pacífico.

Dentro desse cenário estava o escritor Ferreira Gullar que, diante das circunstâncias políticas delicadas, antes mesmo do início da ditadura no Brasil, e pelo esgotamento que o levou às últimas consequências poéticas, ingressou, em 1961, em diferentes frentes de atuação de oposição ao regime como as ações dos movimentos estudantis, representadas pela UNE através do CPC (Centro Popular de Cultura), procurando levar a arte ao povo, apesar dos riscos. A partir de 1962, a poesia e a prosa de Ferreira Gullar integram o polo da literatura engajada, apontando em suas obras carências sociais e conflitos políticos.

Em 1963, o escritor é eleito presidente do CPC, ocasião em que lança o livro de ensaios *Cultura posta em questão*, obra em que comprova seu engajamento literário, até mesmo um certo dogmatismo ao tratar das coisas nacionais e sobre a estética: “[...] não existe arte que não exprima, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, uma ideologia. Com essa constatação desfaz-se a imagem idealista da arte, e a obra é devolvida à sua verdadeira condição de produto humano contingente e contraditório” (GULLAR, 2010, p. 43). À vista disso, no início da ditadura, as produções poéticas de Ferreira Gullar propunham atingir as camadas populares.

O projeto artístico de Gullar e de muitos colegas do CPC, que apresentava como ideia norteadora a noção de "arte popular revolucionária", concebida como instrumento privilegiado da revolução social, adotava, então, uma linguagem que beirava o coloquialismo, com vistas a atingir o seu propósito. No entanto, diante da dificuldade da massa de acesso à leitura, em particular à leitura poética, a produção cultural passa a ser realizada num circuito mais aberto, como o teatro e a música.

Os artistas viam no teatro e na música uma forma de comunicação mais rápida, dada a abrangência que lhes são peculiares, capazes de mobilizar as pessoas com mais rapidez, mantendo-as informadas sobre a realidade vigente no país. Foi um período marcado pelo dilaceramento da democracia e pela falta de liberdade. Ocorreram mudanças na conjuntura social e econômica do Brasil e a própria cultura foi sedimentada (MALARD, 2006).

Logo, devido à atuação militante do escritor, tornou-se uma das vítimas da ditadura brasileira, sendo exilado forçosamente do país em 1971 para União Soviética, depois Chile, Peru e Argentina, integrando o grupo de intelectuais, sobremaneira de esquerda, que sofreram a sequência punitiva de 1964 e 1969-1970, que era o exílio para outros países. Segundo Denise Rollemberg (1999), o exílio brasileiro estava dividido em duas gerações: a primeira composta por sujeitos que atuavam diretamente em partidos e sindicatos antes do golpe de 64; e a segunda, depois de 1968, dos militantes das organizações clandestinas. Ainda, de acordo com Rollemberg (1999, p. 50), “[...] a fase latino-americana, que teve como principal polo o Chile, e, após o golpe de 1973, que depôs o presidente Salvador Allende, a fase europeia, na qual a França representou o principal local de acolhida de brasileiros”.

Na condição de exilado, Ferreira Gullar “revela o poeta amadurecido buscando cada vez mais compreensão das coisas e dos fatos [...]” (LAFETÁ, 2004, p. 122). Por exemplo, poemas como “Agosto 1964” e “Exílio”, os quais traduzem sentimentos conflitantes de esperança e desolação, interligados com a realidade brasileira, e a obra *Poema sujo* (1976), na qual o poeta incorpora à matéria discursiva outras práticas sociais. Desse modo, o escritor apresenta uma práxis literária problematizadora e revolucionária às questões político-sociais do Brasil de forma mais ampla e complexa.

Ferreira Gullar testemunhou o golpe militar do Brasil e dos demais países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, tanto indiretamente quanto diretamente, e as ações antidemocráticas como o esmagamento dos movimentos sociais oposicionistas aos regimes, a violência nas casas e nas ruas, a censura rígida, torturas e mortes, tudo em prol dos interesses da burguesia nacional e internacional com o respaldo do governo dos Estados Unidos. Nesse contexto, as vozes literárias engajadas da latino-américa foram silenciadas, mas tentavam, apesar das dificuldades, vencer a dor, o medo e, como afirma Silviano Santiago em *Uma Literatura nos Trópicos* (1978), a alienação imposta aos artistas. Portanto, a literatura brasileira e dos demais vizinhos, que estavam em um

regime militar, criaram um amálgama de perspectivas literárias sobre a vivência histórica do período para refletir e combater a dura realidade política, cultural e social que deixou marcas até hoje na sociedade dos países latino-americanos.

Ranhuras da ditadura: exílio e testemunho em *Rabo de foguete*

Durante os regimes militares no sul da América Latina, mais precisamente após o seu término, as literaturas dos países vítimas da ditadura vivenciaram uma gama de “*consciência literária*” sobre a experiência histórica, o que se justifica graças à reflexão favorecida pela ficção, pela imaginação e, sobretudo, pela memória, aspectos que contribuem para a compreensão da realidade político-cultural daquele contexto. Sobre essa questão, pontua Sarlo (2007, p. 45): “Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência do Estado. Tomaram a palavra as vítimas e seus representantes (quer dizer, seus narradores [...])”.

Assim ocorreu com o narrador autodiegético de *Rabo de foguete*, de Ferreira Gullar, a qual apresenta forte teor testemunhal. Seligmann-Silva (2003, p. 375-376), ao discutir o conceito de testemunho, assevera que há duas acepções latinas ao entendimento da palavra: *testis* que corresponde ao “depoimento de um terceiro em um processo”; e *superstes* que diz respeito a uma pessoa que superou uma perseguição, o *sobrevivente*. Na narrativa gullariana, o narrador é um sobrevivente que se firma por meio de um olhar retrospecto sobre as experiências de clandestinidade, marcadas pelos percalços da ditadura. Ademais, sobre a literatura de testemunho⁵, Seligmann-Silva (2009, p. 20) afirma:

A literatura de testemunho [...] talvez seja umas das maiores contribuições que o século XX deixara para a rica história dos gêneros literários. Nesse sentido, ela é uma filha da própria história [...] essa literatura difere das duas grandes linhas que governam a produção literária até hoje: ela não visa nem a imitação (da natureza, da história, ou mesmo de ideias, nem a criação ‘absoluta’ (como na doutrina romântica que levou a busca da ‘arte pela arte’. Nem privilégio do sujeito, nem do objeto: antes ela implica numa apropriação de lições

⁵ Para Seligman-Silva, o caráter memorialístico “que também marca as discussões em torno da Schoá, possui na América Latina um peso muito mais de política ‘partidária’ do que ‘cultural’: aqui ocorre uma convergência entre política e literatura. Dentro de uma perspectiva de luta de classes, assume-se esse gênero como o mais apropriado” (SELLIGMAN-SILVA, 2009, p. 75).

do romantismo (e da ironia romântica: não existe um eu estável, nem um mundo independente de nós, nem uma linguagem independente do mundo).

Assim, Ferreira Gullar sobreviveu ao exílio e passou para as páginas de *Rabo de foguete* a preocupação com a história e a militância contra a ideologia hegemônica do regime militar, por meio do seu narrador correferencial com o protagonista. É na voz testemunhal desse narrador que Gullar traz à baila, com muita indignação, o clima de tensão vivido no país e a violência dos militares durante a ditadura:

Residências eram invadidas, pessoas eram sequestradas e submetidas a torturas bestiais: os militantes presos eram com frequência assassinados e dados como tendo fugido da prisão. Os jornais controlados pela censura eram obrigados a noticiar a versão mentirosa com que os militares procuravam encobrir a execução sumária de seus adversários políticos. A cegueira que tomou conta das facções terroristas levava-as a executar os seus companheiros quando, sob tortura, faziam confissões comprometedoras (GULLAR, 2010, p. 17-18).

Vale destacar que o narrador de *Rabo de foguete* é testemunho da violência do regime ditatorial brasileiro e tenta dar conta dos acontecimentos ocorridos na época, entretanto, como o tempo do vivido (que se inscreve na ordem das experiências) não é compatível ao tempo lembrado (da ordem dos registros), isso significa que entre o *eu* que vive os acontecimentos e o *eu* que os narra existe uma lacuna temporal capaz de influenciar na maneira de analisar os fatos e traduzi-los em linguagem. Seligmann-Silva (2003, p. 48) afirma:

Aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem: ele desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o ‘indizível’ que a sustenta. A linguagem é antes de mais nada o traço – substituto e nunca perfeito e satisfatório – de uma falta, de uma ausência.

Desse modo, o narrador adota uma visão muito particular sobre os anos da ditadura, e sua experiência de exilado – dentro e fora de seu país – intercambiam-se com os acontecimentos políticos que assolavam a América Latina. Sobre essa questão, Sarlo (2007, p. 24-25) destaca que “a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração”. Assim, a experiência se entrelaça aos

acontecimentos sociais e a fatores políticos numa intrincada teia de relações e, nessa tecelagem, agenciam-se memórias, informações, carências, desejos.

As condições de produção do testemunho do narrador em *Rabo de foguete* são de abandono, pois longe da família e dos amigos, inicialmente no Brasil e posteriormente no exterior, ele passa a refletir acerca do que está sentindo e vivenciando no contexto individual de insulamento e coletivo da violência da ditadura militar. Segundo Sarlo (2007, p. 39), “[...] o sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito”. Ao narrar as experiências, o sujeito é atravessado pelo tempo presente da enunciação, o que faz com que os fatos revisitados sejam aproximados, avaliados, descartados, acrescentados. Nesse processo, entra em jogo a subjetividade:

A imaginação ‘faz uma visita’ quando rompe com aquilo que a constitui na proximidade e se afasta para capturar reflexivamente a diferença. A condição dialógica é estabelecida por uma imaginação que, abandonando o próprio território, explora posições desconhecidas em que é possível surgir um sentido de experiências desordenadas, contraditórias e, em especial, resistentes a se render à ideia simples demais de que elas são conhecidas porque foram suportadas (SARLO, 2007, p. 41).

Na perspectiva reflexiva, o sujeito opera do lado de fora dos acontecimentos, o que lhe favorece ver as coisas sob ângulos diferentes. Ao colocar-se na condição de vítima da ditadura e ao ser denunciado, o narrador diz que não queria assumir o cargo de membro da direção estadual do Partido Comunista Brasileiro, no entanto, teve a chance de renunciar pelas implicações que um cargo no partido comunista acarretava, mas não o fez. O afastamento do território da cena vivida, no espaço-tempo, provavelmente, justifica a contradição, requisito importante para suportar as consequências do regime.

O tempo do vivido é o tempo do exílio, responsável pela solidão dos dias e das horas. É o tempo que instaura uma fissura entre o passado (da normalidade da vida) e o futuro (marcado pelas incertezas), lacuna provocadora de invisibilidade do próprio narrador em relação a si mesmo. Ser obrigado a deixar o país, a mudar de aparência e de nome e a portar documentos falsos para sobreviver na clandestinidade significava negar a própria condição de existência. Esse tempo liminar, marcado pela desterritorialização do narrador, tanto espacial quanto emocional, justifica a falta de percepção da

fugacidade do tempo de permanência no país socialista anos mais tarde, no momento da rememoração, do registro dos acontecimentos. Na esteira do que viveu Gullar, vale lembrar o que Edward Said (2003, p. 46) pontua: “[...] o exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar; sua tristeza essencial jamais pode ser superada”. Configura-se, portanto, num estado de descontinuidade. Era o que Gullar estava vivenciando: longe de seu lugar de origem, a vagar por territórios de não-pertencimento.

Logo que chegou ao Chile, em maio de 1973, o narrador deparou-se com a situação conturbada em que vivia o país. Suas impressões sobre o mandato de Salvador Allende são de um governo dividido, cujas incertezas pairavam sobre todos os segmentos da nação. Assim, a sua estadia no Chile ganha relevo na narrativa devido às tensões políticas que passava a observar como conflitos, perseguições e desaparecimentos, os quais são pormenorizados e intercalados com o posicionamento do narrador sobre a realidade política. A insistência no detalhamento, segundo Sarlo (2007, p. 50), dá-se porque se trata de discurso que, diferente da história, tem a sua “ancoragem na experiência recuperada a partir do singular”, favorecendo ao testemunho uma condição inusitada: a de autodesignação, já que ele esteve lá onde tudo aconteceu. No entanto, não significa dizer com isso que o relato testemunhal comporte a verdade; ao contrário, o conteúdo do relato testemunhal, por ser singular, apresenta apenas uma vertente dos fatos, passível, pois, de questionamento.

Aos brasileiros e pessoas de outros países que se encontravam exilados no Chile só lhes restavam o amparo mútuo. O único propósito que os movia era a sobrevivência, em meio às perseguições e notícias de mortes e desaparecimentos. Os pronunciamentos do governo nas rádios instigavam a população a denunciar, sobretudo os brasileiros, todos taxados de terroristas:

O rádio transmitia a cada momento boletins da junta militar, determinando a prisão de líderes políticos e sindicais, de intelectuais, deputados e ministros do governo deposto. Um desses boletins pedia à população que denunciasse a presença na sua vizinhança de qualquer pessoa que não morasse ali; outro determinava que os estrangeiros com visto vencido se apresentassem imediatamente à delegacia de polícia mais próxima (GULLAR, 2010, p. 166).

Diante das tensões políticas presenciadas pelo narrador e da sensação iminente da morte, consegue esquivar-se do cerco militar chileno e chegar a Lima, Peru, em outubro de 1973. Embora as condições fossem mais favoráveis e de ter conseguido até juntar-se à família, não conseguiu adaptar-se à capital peruana. Como agravante, a relação com a esposa estava desgastada e os filhos, já crescidos, passaram a ter comportamentos que ele desaprovava. As condições sócio-políticas do país também o desagradavam. A vida pessoal e política do narrador se entrelaça no relato, cujas especificidades tanto de uma quanto de outra são permeadas pela esfera subjetiva, revelando dúvidas e incertezas:

A disparidade de renda e a pobreza do país dividira a sociedade em duas faixas apenas: a dos muitos ricos e a dos muitos pobres – a classe média desaparecera. Desse modo, fui automaticamente inserido na segunda categoria [...]. Esses fatores acentuavam meu estado de depressão, provocado pelo sofrimento do exílio e agravado pelo desastre chileno: contrário à escolha da via armada para chegar ao poder, **eu testemunhara no Chile o fracasso da via pacífica. Que conclusão deveria tirar daí? Que não havia como chegarmos ao poder, que a revolução era inviável?** (GULLAR, 2010, p. 198-199. Negrito nosso).

Ao afirmar: “eu testemunhara no Chile o fracasso da via pacífica”, o narrador põe em evidência um “sujeito que fala por si e estampa seu nome como uma reafirmação de uma verdade” (SARLO, 2007, p. 59). Desse modo, o testemunho em primeira pessoa traz em seu bojo a intenção de revelar um discurso digno de crédito e de algo que não deva ser esquecido.

Desgastado pela situação de clandestinidade, desfavorável à luta armada que motivou muito de seus companheiros e decepcionado com o fracasso da luta pacífica, o narrador faz uma reflexão sobre a sua situação de comunista (nesse momento já assumindo essa condição), negada anteriormente: “Já antes, diante das dificuldades enfrentadas por Allende para fazer avançar o processo socialista, me perguntara se nós, comunistas brasileiros, devíamos continuar a pagar preço tão alto para chegar ao poder” (GULLAR, 2010, p. 198-199). Desse modo, a prerrogativa do narrador de ter estado lá e presenciado os fatos lhe confere o direito também de avaliar o que presenciara. Distanciado dos acontecimentos testemunhados no tempo e no espaço e, talvez, influenciado pela conjuntura social e política do presente da enunciação, adota uma

postura reflexiva e avaliativa sobre as estratégias políticas dos regimes de esquerda, qual seja, o descrédito na revolução.

Na Argentina, país do seu último exílio, a situação não era confortável. Após a morte de Perón, e com as fragilidades do governo enfrentadas por Isabelita, esposa e sucessora de Perón, o país é tomado pela ditadura militar:

Como no Brasil, a radicalização da esquerda na Argentina serviu de pretexto à fúria repressiva da direita, para liquidar sumariamente os militares do ERP e do montoneros⁶. Os prisioneiros eram levados em automóvel para as cercanias desertas do aeroporto de Ezeiza e ali explodidos com dinamite (GULLAR, 2010, p. 225).

O narrador, ao equiparar a situação da Argentina à do Brasil, dá-se conta da dimensão da ditadura militar que assolava os países latino-americanos. Retomando a questão do tempo liminar que marca o desamparo dos desterritorializados pelo exílio, é pertinente afirmar que a tomada de consciência se dá, também, pelas condições de desamparo. Tal situação faz pensar o caráter metonímico do narrador, já que sua voz carrega os sobressaltos, os temores e a solidão de tantos outros brasileiros em situação semelhante: a voz coletiva.

A literatura sobre o exílio, como reforça Said (2003, p. 47), “[...] objetiva uma angústia e uma condição que a maioria das pessoas raramente experimenta em primeira mão [...]”. A voz coletiva de Gullar é a voz de um poeta no exílio, intensificada e ampliada por procedimentos discursivos que se articulam ao literário.

Eleonora Ziller Cameniétki (2006), uma das mais renomadas estudiosas de Gullar, reitera o quão importante é a produção intelectual no exílio enquanto forma de resistência ao status imposto:

[...] milhares de escritores viveram das mais diversas formas a experiência do exílio. Do exílio voluntário ao imposto, do desejo de um novo mundo ao desespero da solidão, percorreram terras estranhas, línguas e culturas diferentes. Como resposta ao desenraizamento impungido, muitos produziram obras magníficas, que sobrevivem durante séculos (CAMENIÉTKI, 2006, p. 117).

A situação de exilado faz enfrentar as agruras impostas pelo regime, condição que resulta na perda do contato sólido e acolhedor com a pátria, distante da figuração de

⁶ Membros da organização guerrilheira de esquerda argentina.

lar. A exclusão do exilado, taxado como “não cidadão”, resulta na privação de relações sociais interpessoais, além da ausência da militância política, negada pela condição de terrorista em que se encontrava.

Ao regressar ao Brasil em 17 de março de 1977, aguardavam-no os amigos, agentes do DOPS que o observavam a certa distância, além de jornalistas. A estes revela o narrador: “declarei apenas que estava feliz de voltar ao meu país” (GULLAR, 2010, p. 262).

Posteriormente, o narrador informa que foi detido e levado a uma sala de tortura. No DOPS, assevera que imperava a truculência dos policiais na tentativa de receber uma confissão, a qual revelaria a identidade de membros do partido: “O interrogatório entrou pela madrugada. À certa altura estava tão cansado que não ouvia o que me perguntavam” (GULLAR, 2010, p. 265). A sala do interrogatório é descrita como um lugar que continha uma porta dupla. No seu interior, um “painel de vidro escuro” no comprimento da parede de onde se ouviam vozes vindas de um autofalante: “[...] como soube depois, era um vidro especial para permitir que o preso fosse observado sem o saber e sem poder ver quem o observa” (GULLAR, 2010, p. 266).

O narrador relata que, com as estratégias para garantir o controle, as autoridades asseguravam o funcionamento automático do poder, o efeito permanente da vigilância. Sem a noção das horas e do entorno espacial, o corpo-testemunho do narrador de *Rabo de foguete*, sob efeito da tortura psicológica, perde o universo de referência, entretanto revela que resiste.

Mais uma vez percebe-se, no relato testemunhal, uma incidência de pormenores, agora, na descrição do espaço do interrogatório e dos modos operantes da tortura. Isso remete a uma necessidade de afirmação dos fatos daqueles que vivenciaram a experiência, própria do discurso testemunhal, que se coaduna com a de outros sujeitos que passaram por situação semelhante. A respeito disso, Sarlo (2007, p. 61) destaca: “esse caráter, o de vítimas, interpela uma responsabilidade moral, coletiva que não prescreve”.

Dito isso, as narrativas testemunhais não carregam uma verdade inquestionável dada a carga subjetiva que as comporta. Essa condição, associada ao distanciamento entre os acontecimentos vividos (passado) e acontecimentos narrados (presente), contribui para a mobilidade do relato diante daquilo que o sujeito consegue (ou não) lembrar e deseja revelar. No entanto, em se tratando de relato das vítimas da ditadura,

narrativas como *Rabo de foguete* que “tem a textura do vivido em condições extremas, excepcionais” (SARLO, 2007, p. 61), embora passíveis de interpretação, são relevantes para reflexões sobre o que representou aquele momento amargo da história.

Considerações finais

Do relato pujante em *Rabo de foguete* sobre a experiência do exílio forçado, decorrente da ditadura militar, subjaz um narrador que retoma os acontecimentos, anos mais tarde, consciente de que o tempo aplaina os traumas e possibilita uma visão amadurecida sobre os fatos testemunhados.

Por meio do relato testemunhal, o narrador faz uma reconstituição do passado pessoal e histórico e os coloca como um discurso digno de crédito. Isso porque a narrativa de testemunho ampara-se na prerrogativa de um discurso singular, de quem lá esteve e presenciou os fatos. Reitera-se, portanto, que apesar da confiança que esse tipo de narrativa comporta, ela não é detentora de uma verdade inquestionável, mas sim de uma versão dos fatos, isso porque o relato em primeira pessoa sofre as nuances da subjetividade, criando uma narrativa repleta de intermitências da memória e do esquecimento, com base em impressões de um *eu* que já não é o mesmo e que, portanto, está passível das influências ideológicas de outro contexto.

Da discursividade de *Rabo de foguete* subjaz não somente o cenário da repressão em diferentes países a partir das experiências do narrador, permeadas por impulsos, carências, temores, mas também, e sobretudo, por reflexões analíticas sobre o que significou a ideologia política por ele defendida, a qual se coaduna ao pensamento de um grupo. Desse modo, o intelectual orgânico do PCB, no sentido que Gramsci (1985) atribui ao conceito, traduz-se no pensador crítico de Gullar, pós-ditadura, acerca da realidade social do país, com distanciamento de soluções autoritárias, tanto em relação à esquerda quanto à direita.

Como diversos outros companheiros de militância no Partido, Gullar passa para a fase madura da sua produção artística a admitir, em *Rabo de foguete*, que a democracia é um valor universal e que a economia de mercado deve ser regulada, mas não abolida. Dessa forma, sendo a obra *Rabo de foguete* um espaço de relato de experiências, torna-se lugar de reflexão sobre o sentido das experiências que acaba revelando o reposicionamento do intelectual engajado.

Em *Rabo de foguete*, o Gullar-poeta dá lugar ao Gullar-testemunho, o qual, num movimento dialético de ser e tempo, denuncia a ditadura militar décadas após o seu exílio forçado a vários países, revelando memórias que ora são lembradas, ora caem no esquecimento. Logo, já maduro, Gullar retoma, nas linhas da autobiografia, a vivência do seu *eu* jovem frente à solidão e ao medo e torna-se mais um no mundo coberto de jovens.

Referências

ABDALA JR, Benjamin (Org.). In: **Um mundo coberto de jovens**. São Paulo: Com-Arte, 2016, p. 29-35.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução Paloma Vidal. Rio Janeiro: EDUERJ, 2010.

BEZERRA FILHO, Feliciano José; SANTOS, Silvana Maria Pantoja dos. **Literatura e política**: engajamento e cultura em tempos de repressão. Teresina: FUESPI/NEAD, 2014.

CAMENIÉTZKI, Eleonora Ziller. **Poesia e política**: a trajetória de Ferreira Gullar. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FALCÃO, Anderson. **O bêbado e a equilibrista**: em 1979, Elis Regina deu voz ao hino da anistia. 2016. Disponível: <<https://www.ebc.com.br/cultura/2014/08/o-bebado-e-a-equilibrista-em-1979-elis-regina-deu-voz-ao-hino-da-anistia>>. Acesso em 02 ago. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

GULLAR, Ferreira. **Rabo de foguete**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

GULLAR, Ferreira. **Cultura posta em questão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LAFETÁ, João Luiz. Traduzir-se: ensaio sobre a poesia de Ferreira Gullar. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **A dimensão da noite**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2004, p. 114-212.

MALARD, Letícia. **Literatura e dissidência política**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. Letras em rebeldia: intelectuais, jornalistas e escritores de oposição. In: **1964 História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 205-228.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: refazendo identidades. **História Oral**, 2, 1999, p. 39-73.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho para além do falocentrismo: pensando um outro paradigma. In: Helmut Galle, Ana Cecília Olmos, Adriana Kanzepolsky, Laura Izarra (Orgs.). **Em primeira pessoa**: abordagens de uma teoria da autobiografia. São Paulo: AnnaBlume, 2009, p. 171-191.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 59-89.

SODRÉ, Nelson Werneck. O terrorismo cultural. **Revista Civilização Brasileira**. São Paulo, 1 maio 1965, p. 239-297.